

Introdução

A disciplina lingüística, nos últimos cinqüenta anos, vem passando por uma fase de expressivas convulsões metodológicas que podem ser caracterizadas por uma única pergunta: como descrever e explicar o significado na linguagem natural?

Depois de dois grandes impactos em sua história, promovidos pela concepção estruturalista de Saussure e pela teoria da gramática gerativa de Chomsky, a lingüística fragmentou-se em diversas direções simultaneamente, na luta pela sistematização do componente semântico.

Chomsky (1965:256) já havia antecipado a dificuldade de uma delimitação nítida entre a semântica e a sintaxe e mostrava-se céptico com relação à possibilidade de uma teoria do significado que pudesse ter um lugar metodologicamente adequado junto à teoria da gramática. Ainda assim, apesar de todo seu bem-sucedido trabalho formal, a ausência de uma abordagem semântica passaria a representar um ponto de convergência de seus críticos, principalmente da sociolingüística, da semântica lógica e das várias tendências hoje rotuladas como pragmática.

Paralelamente, Montague (1970) se apresenta como uma posição alternativa consistente e construtiva no sentido de dotar a disciplina lingüística de um componente semântico que, pelo menos, ao nível de alguns fragmentos, permitisse uma abordagem formal do significado à altura da sintaxe chomskyana.

Havia, entretanto, na realidade, por parte dos lingüistas interessados na teoria do significado uma reação genérica contra as abordagens formalistas, fossem elas de base chomskyana ou inspiradas no trabalho matemático de Montague. Evidentemente, a idéia básica por trás das tendências semânticas e pragmáticas generalistas era a de que a linguagem natural, em sua riqueza de significados, não cabia no escopo formal das teorias técnicas que não contemplavam a presença de unidades transfrásicas ou discursivas.

Disciplinas que ilustram esse tipo de posição crítica às tendências formalistas, e expressam a intenção de captar aspectos mais amplos do significado são representadas pelas pragmáticas sócio-culturais em geral, como, por exemplo, algumas variedades de Análise do Discurso (AD), de Lingüística Textual (LT), de Sociolingüística (S), etc.. Tais linhas já não recentes de investigação, embora não se oponham exatamente ao trabalho formal da sintaxe e da semântica, representam posições críticas quanto aos limites do formalismo para a análise lingüística. Como observa Levinson (1983:286) um tipo de pragmática discursiva, por exemplo, poderia ser desenvolvida via um método próprio de abordagem dos fenômenos lingüísticos transfrásais, em formas próprias de uma gramática do texto e variações baseadas nos atos de fala. Em linhas mais gerais, tais formas de pragmática procuram um conjunto de propriedades específicas do discurso e um conjunto de regras capazes de justificar propriedades textuais e discursivas como a coesão, coerência, entre outras, que entendem como cruciais para a organização discursiva do ponto de vista do significado.

Em suas atividades específicas, entretanto, tais abordagens se defrontam com sérias dificuldades metodológicas e práticas que podem ser resumidas nas seguintes perguntas:

- a) Como delimitar o espaço transfrasal relevante para a análise lingüística de um texto qualquer?
- b) Como sistematizar textos de alta dependência contextual?

- c) Como desenvolver sua investigação sem uma dependência rigorosa da análise semântica ao nível da proposição?

Dentro desse quadro teórico introdutório, o presente ensaio pretende refletir sobre as questões a), b) e c) e tentar responder d).

- d) Sob que condições metodológicas uma disciplina dedicada ao significado transposicional pode caracterizar uma teoria lingüística autônoma, empiricamente adequada e formalmente correta?

Para atingir tais objetivos, serão percorridos os seguintes passos:

I – Análise de pressupostos teóricos comuns a pragmáticas discursivas, aqui ilustrados por argumentos de Brown & Yule (1983);

II – Análise de um tipo de texto de forte dependência contextual, a saber, o de humor de Millôr Fernandes na Revista Veja;

III – Avaliação das condições de tais pragmáticas discursivas, como apresentadas em I, para a abordagem de textos como os examinados em II.

I – Pressupostos Teóricos da Pragmática Discursiva

Neste tópico, levantaremos, como se disse, os pressupostos teóricos de uma teoria discursiva como apresentados em sua forma clássica por Brown & Yule (BY) (1983), levando em consideração apenas os que julgamos relevantes para o presente ensaio.

Começemos com a discussão de BY sobre a noção de texto, fundamental para uma teoria discursiva.

Dizem BY:

- (1) “Nós usaremos texto como um termo técnico para referir ao registro verbal de um ato comunicativo” (p. 6)

Realmente, BY dedicam um capítulo inteiro (6) à noção de texto, tentando delimitá-lo como objeto fundamental da disciplina que propõem. Para isso, discutem o trabalho de Halliday & Hasan (1976) que tentam distinguir o texto a partir das relações de coesão características da sua textura. Tais relações seriam, principalmente as lexicais, as de substituição, referência, etc.

BY demonstram, através de inúmeros exemplos, que o trabalho de Halliday & Hasan é criativo, importante, mas discutível. Não apresentam, por sua vez, uma proposta alternativa, a não ser sugerir que “textos são o que ouvintes e leitores tratam como textos” (p. 199).

Da nossa parte, consideremos um pouco mais a questão, do ponto de vista metodológico.

Não há, certamente, para efeitos de comunicação e de ensino de língua, maiores problemas em se chegar a um consenso sobre o que é um texto. Entretanto, no caso de uma teoria discursiva, disciplina que se pretende rigorosa, a delimitação precisa do que seja texto passa a ser indispensável, à medida que sobre essa noção técnica, como a chamam BY em (1), repousa o centro da oposição que essa disciplina faz à sintaxe e à semântica formal. Estas trabalham com sentenças e proposições, respectivamente, tomadas como unidades básicas de investigação. Se uma teoria discursiva acusa a limitação desse tipo de “sentença-como-objeto”, deve delimitar com precisão que tipo de fragmento lingüístico é o seu objeto.

Para fugir a essa questão, BY também recusam a idéia de “texto-como-produto” para defender a de “discurso-como-processo” (p. 24). Se bem os entendemos, BY tentam ser coerentes e, assim como não aceitam os textos de laboratório do semanticista formal, também

não aceitam os textos de laboratório do pragmaticista comum. Eles pretendem que “discurso-como-processo” represente um objeto lingüístico tomado como ato comunicativo, com forma dinâmica de transmitir significado (p. 24).

Aqui, a nossa divergência. No momento em que um texto ou um ato comunicativo real é recortado da realidade em que se inseriu para ser objeto de investigação lingüística perdeu toda a sua pretensa dinamicidade. O que BY pretendem é recortar um fragmento maior do que a análise do texto tradicional faz, e levar em conta os participantes do discurso. Mas estes também não são senão novos objetos teóricos de investigação. Mesmo que o fragmento tenha sido efetivamente extraído da realidade, à medida que é impossível recuperar todo o contexto em que ele estava inserido, ele já não é mais um objeto real. O contexto, como tal, é potencialmente infinito. Um ato de comunicação de dois indivíduos pode ser uma seqüência de n atos ao longo de suas vidas e que, em sua realidade, pode significar, pressupondo os n atos anteriores. Basta imaginar dois velhos de hoje, amigos que foram de infância, reconstituindo passagens de cinqüenta anos atrás com um léxico que se foi modificando ao longo dos anos de sua convivência. A significação desse diálogo, na estrutura lexical, se se pretendesse recuperar a dinamicidade do contexto, seria um trabalho faraônico e inútil.

A idéia de “discurso-como-processo”, portanto, mais parece uma metáfora. Porém, se assim, só resta entender a proposta de BY, como referindo-se a uma espécie de texto que ilustre, por levar em conta os interlocutores envolvidos, a tal dinamicidade metaforizada. Mas aí estamos de volta à questão de origem: como delimitar com precisão a noção de texto? Ou, mais claramente ainda, como defini-lo?

BY parecem esquecer-se de que, ao nível das investigações semânticas, a própria proposição simples, em sua simplicidade lingüística e lógica, vem desafiando os modelos mais pretensiosos. Eles parecem não levar em conta que o tratamento dos contextos opacos, por exemplo, ao nível das proposições complexas ainda não receberam uma sistematização satisfatória. Mesmo que abandonássemos a tentativa de definir texto, e partíssemos para o trabalho de análise, o que dizer sobre ele, se a semântica mais formal ainda engatinha na abordagem de proposições moleculares produzidas em laboratório?

Não bastassem essas dificuldades, uma teoria discursiva também precisa, de maneira absoluta, de outra noção, sem dúvida, ainda mais complexa: a de contexto.

Sobre ela, dizem BY:

- (2) “Nós temos constantemente nos referido ao ‘ambiente’, ‘circunstâncias’ ou contexto no qual a linguagem é usada.” (p. 25.)

De fato, também sobre a noção de contexto, BY discorrem em um capítulo inteiro. Eles partem de uma crítica sobre propostas anteriores e discutem em especial a de Hymes (1964) e a de Lewis (1972), tentando, através de contra-exemplos, demonstrar-lhes a fragilidade, apesar de encontrar-lhes méritos. Para justificar as limitações dos modelos criticados, BY defendem a importância de dois princípios: o de interpretação local e o de analogia. Pelo primeiro, BY entendem o seguinte:

- (3) “Este princípio instrui o ouvinte para não construir um texto qualquer mais amplo do que ele necessita para chegar a uma interpretação. Assim, se ele ouve alguém dizer ‘feche a porta’, ele olhará na direção da porta mais próxima disponível para ser fechada... Similarmente, se seu anfitrião diz ‘venha cedo’, tendo-o justamente convidado para oito horas, ele interpretará ‘cedo’ com

respeito ao tempo ultimamente mencionado antes que qualquer outro previamente citado.” (p. 59)

Pelo segundo, baseados no fato de que em outras disciplinas nós dependemos de certas crenças, da confirmação de certas expectativas, BY entendem que

- (4) “O princípio da analogia fornece um quadro razoavelmente seguro para a interpretação do ouvinte e do analista a maioria das vezes. A maioria das vezes, as coisas na verdade se conformarão às nossas expectativas.” (p. 64)

É claro que BY sabem que as expectativas podem não se confirmar, que **convenção podem ser violadas** e assim por diante. De qualquer maneira há uma expectativa tipo griceana de que o discurso seja coerente com o que nós esperamos dele.

A tese básica de BY, aqui, é a de que, em vez de a coerência do discurso estar na seqüência de sentenças, são os dois mencionados princípios que dirigem o leitor ou o ouvinte para a compreensão de um fragmento.

- (5) “Os princípios da analogia (coisas tendem a ser como foram antes) e interpretação local (se existe uma mudança, suponha-a mínima) formam a base da suposição da coerência em nossa experiência da vida em geral, conseqüentemente, em nossa experiência do discurso também.” (p. 67)

Realmente, se seguirmos a proposta de BY desde o início, percebemos que, coerentemente, eles estão, através dos princípios de interpretação local e de analogia, deslocando o eixo da responsabilidade semântica do texto, enquanto conjunto de sentenças, para o contexto, enquanto atividade humana de uso da linguagem. Em outros termos, um texto, falado ou escrito, tem a sua coesão garantida não pela carga semântica das palavras que o constituem, mas pela prática lingüística que ele representa. O princípio de interpretação local nada mais é, em BY, do que a determinação que os interlocutores sofrem do contexto específico em que o texto se dá, e o da analogia nada mais é do que a determinação que os interlocutores sofrem do contexto histórico da prática lingüística que enquadra aquele texto no conjunto de todos os textos já vivenciados.

A tese de BY, do nosso ponto de vista é, sem dúvida, correta. De fato, a realidade específica e a experiência lingüística são condições de possibilidade de coerência de um texto. Mas isso é tão verdadeiro quanto trivial. Qualquer atividade é determinada pela realidade e experiências humanas. Qual o valor explanatório dos referidos princípios? Em que sentido eles nos esclareceram sobre a coerência, enquanto propriedade lingüística de um texto? Como trabalhar conceitualmente com eles?

BY, eles próprios reconhecem:

- (6) “Deve ser óbvio que ‘a interpretação local’ pode somente ser conceitualizada vagamente. (grifo nosso)” (p. 60)

Aqui, estamos diante de uma questão de filosofia da ciência. A verdade que conceitos possam traduzir não é suficiente para garantir o seu valor teórico dentro de um quadro conceitual. Se eles forem tão gerais e vagos a ponto de não possibilitarem informações mais

específicas sobre o objeto a que se destinam, não são teoricamente operacionais e, conseqüentemente, não são cientificamente relevantes.

É o que se dá, na verdade, com os princípios de interpretação local e analogia defendidas por BY. O primeiro, inclusive, ao representar a determinação do contexto particular sobre o texto, não faz mais do que, praticamente, decretar a impossibilidade da generalização sobre a coerência do texto; o segundo, ao representar a máxima generalidade, trazendo a experiência dos interlocutores sob forma de crenças e expectativas, não permite a elucidação teórica do fenômeno da coerência textual, à medida que não diz respeito especificamente a esse objeto.

Um outro conceito de uma teoria discursiva discutido como de grande importância por BY é o de tópico. Tal conceito tem sido utilizado na investigação lingüística, fazendo par como o conceito de comentário, ambos a serviço de esclarecer a estrutura de sentenças em línguas onde o sujeito e predicado parecem não funcionar bem como é o caso do chinês. Em vez de sentenças como 'O exame de matemática foi difícil' em que o sujeito gramatical 'o exame de matemática' contrasta com o predicado 'foi difícil', de maneira bastante visível, a estrutura de algumas línguas produz sentenças parafraseáveis assim: 'quanto ao exame de matemática, ser difícil', em que o sujeito e predicado parecem ser substituíveis com vantagem pelos conceitos de tópico e comentário respectivamente. A teoria discursiva, segundo BY, não assume exatamente essa noção de tópico, mas

- (7) "... a pré-teorética e geral noção de 'tópico' como 'aquilo sobre o que se fala' na conversação." (p. 71)

BY admitem que tal noção é muito atraente para uma teoria discursiva, porque parece ser o centro da organização de uma porção de discurso, mas também é problemática. Por isso, sugerem a noção de estrutura:

- (8) "Aqueles aspectos do contexto que são diretamente refletidos no texto, e que necessitam ser chamados para interpretar o texto, nós designaremos como traços ativados do contexto e sugeriremos que eles constituem a estrutura contextual dentro da qual o tópico é constituído, isto é, a estrutura tópica." (p. 75)

Assim, o que BY entendem por estrutura tópica depende de fatores externos à natureza lingüística do discurso. Os tais traços contextuais são, na verdade, derivados do contexto físico e constituem o que se poderia chamar o 'domínio do discurso'. A estrutura tópica, portanto, seria constituída pela relação de domínio de objetos do discurso com os elementos lingüísticos que a eles se referem. BY também admitem que tal noção se assemelha ao 'conjunto de pressuposições' que teóricos como Venneman tem proposto. Para melhorar a compreensão de tal conceito, BY também levantam a importância da noção de relevância para a questão do tópico. Eles observam que 'falar sobre o tópico' é seguir a relevância da conversação que representa uma troca de informações. Eles advertem, entretanto, que uma teoria discursiva não pode ignorar, como ocorre algumas vezes, que, a rigor, não são conversações ou discursos que têm tópicos, mas os falantes. Daí a necessidade de se trabalhar com o conceito de 'tópico do falante'. Nesse sentido, BY defendem a idéia de que é importante tratar do tópico como a contribuição dos interlocutores envolvidos na conversação. Tal topicalização se expressaria não só no conteúdo, mas também na forma do discurso.

A preocupação de BY continua, como se vê, voltada para a idéia de que uma teoria discursiva não pode prescindir dos elementos do contexto para a análise correta do texto. É seguindo o mesmo tipo de raciocínio que eles abordam outros conceitos como tematização, informação, conhecimento mútuo, usados na teoria discursiva tradicional, e que só podem ser úteis, para eles, se encaixados no contexto em que o texto se insere, à luz da idéia de discurso em produção, não em produto.

O que a teoria discursiva parece ser, realmente, para BY é, em oposição às formas tradicionais de fazê-la, uma análise que não se restringe aos limites lingüísticos do texto, como se este fosse um objeto estático, mas tem de apreendê-lo tal como funciona numa determinada situação.

De qualquer maneira, BY não oferecem conceitos alternativos mais fecundos do que os que criticam. A tentativa de mostrar que o contexto maior deve ser levado em conta parece mais uma falácia metodológica, à medida que eles próprios reconhecem a dificuldade de tratar sistematicamente os conceitos reformulados que eles propõem. O seu trabalho, nesse sentido é, basicamente, crítico.

Essas considerações, para nós, já são suficientes como introdução aos pressupostos da teoria discursiva, tal como vistos por BY. Por isso, passaremos à próxima seção onde analisaremos, como já foi dito, um tipo de discurso altamente dependente de contexto, a saber, o texto de humor de Millôr Fernandes, preparando o caminho para a parte final em que faremos a avaliação da possibilidade de uma teoria discursiva como disciplina autônoma, sistemática e rigorosa.

II – Textos e Conceitos – O Humor de Millôr

Nesta seção, conforme se disse anteriormente, passaremos à análise de textos com forte dependência contextual. A nossa intenção é discutir o caráter problemático das relações entre texto e contexto e o caráter heterogêneo deste último conceito.

Costa (1984:150) já havia chamado a atenção para a gravidade teórica de que se reveste o conceito de contexto, tendo em vista uma teoria que se pretenda rigorosa.

Se a noção de contexto, indispensável para uma teoria discursiva, é de grande complexidade, uma das razões disso é que ela está menos associada a um conceito não menos complexo e não menos indispensável para uma teoria discursiva: o conceito da relevância enquanto uma espécie de super-máxima que controla as inferências de um fragmento do discurso.

Dadas as limitações do presente ensaio, não discutiremos, aqui, tais conceitos, pressupondo a aceitação das posições tais como aparecem em Costa (1984). Os textos analisados tentarão evidenciar que tais posições são corretas e, principalmente, em que os conceitos de contexto e de relevância problematizam uma teoria discursiva.

Consideremos o seguinte texto:

- (9) “Um cara que pensa muito antes de tomar uma decisão e, aí, não toma.”

Uma primeira questão que se coloca diz respeito à escolha desse texto. Trata-se, de fato, de um fragmento arbitrariamente escolhido, mas isso é comum na teoria discursiva, pelo menos como proposta por BY. Mesmo porque o texto de humor tem, muitas vezes, a forma de sentenças curtas e sugestivas. Além disso, a escolha respeita a idéia básica de BY de que o

texto seja 'em processo', isto é, tirado da realidade, sem o caráter artificioso dos textos de laboratório.

Examinemos, então, a possibilidade de sua coerência textual, a partir de sua base semântica e, paralelamente, analisemos a dependência que tal base semântica tem do contexto.

Num primeiro momento, percebemos que pela simples articulação léxico-gramatical bem formada, podemos parafrasear (9) como

(10) "Uma pessoa que reflete bastante antes de decidir e, então, não decide."

O que (10) demonstra é que o entendimento de (9) é possível, independentemente de qualquer outra informação contextual. Chamemos a esse nível de 'nível 1' ou 'de base'.

Como esse texto é compreendido nesse nível, nada impede que a análise permanecesse nesse ponto.

Mas, aqui, começa o problema da teoria discursiva. Tal disciplina pretende, e esse é seu ponto diferencial, ir além do texto, defendendo a idéia de que só o contexto irá permitir-lhe a completa significação. Isso, como já dissemos, é trivial. O problema está em delimitar o contexto relevante, e mais, sistematizá-lo com rigor.

De fato, (9) se encontra em um contexto mais amplo, conforme (11).

(11) "O QUE É O QUE É?"

Quinze definições clássicas

Em busca do definido (se não descobrir, olhe a resposta no pé da página)

1. Um cara de extraordinária sorte no amor.
2. Um cara que sabe que onde comem dois come um.
3. Um cara que gosta de caça mas detesta jardim zoológico.
4. Um cara que pensa muito antes de tomar uma decisão e, aí, não toma.
5. Um cara que jamais mentiu pra esposa.
6. Um cara alérgico a bolo de casamento.
7. Um cara que sabe se aproveitar do fato do casamento não ser compulsório.
8. Um cara que não sabe viver sem a esposa... dos outros.
9. Um cara que nunca comete o mesmo erro uma vez.
10. Um cara que todo dia tem um esplêndido café da manhã,

um belo almoço e um péssimo jantar.

11. Um cara que desistiu de encontrar a mulher ideal e procura tornar ideal as que encontra.

12 Um cara que lucra com o erro que não comete.

13. Um cara que conhece o momento ideal da separação: é antes de casar.

14. Um cara que pode ter solidão, mas não tem monotonia.

15. Um cara que, quando foge de uma mulher, toma cuidado pra não cair nos braços de outra.

RESPOSTA: Um celibatário.

A partir desse contexto, que podemos denominar 'Contexto 1' ou 'de base', temos condições de chegar a um nível que, para efeitos didáticos, poderia ser chamado de 'nível 2' de significação. Tal nível representaria o texto original, contextualizado em um texto mais amplo, sendo este da mesma natureza daquele.

Agora, (9) já pode ser entendido de outra forma.

(12) Um celibatário é um indivíduo que pensa muito antes de tomar uma decisão e, aí, não a toma.

De novo, é preciso que se diga, a análise poderia cessar sem que houvesse prejuízo para a verdade ou não do que o texto diz. Entretanto, para que se compreenda mais corretamente do que se trata é indispensável inserir (12) no contexto 2, que poderíamos rotular como 'contexto intencional' do autor. Em palavras simples, poderíamos perguntar: que quer dizer o autor com esse texto?

(12) representa o conteúdo do contexto de (9), mas a sua forma, tipo frases numeradas, só pode ser bem entendida se considerarmos o contexto intencional a que nos referimos. Tal contexto não é, certamente, o das intenções reais do indivíduo real que escreveu o texto, mas o conjunto de inferências pragmáticas que se depreendem com o que quis dizer o autor do texto. Não poderíamos considerar esse conjunto como texto, também não poderíamos considerá-lo inferências lógicas já que não se trata de um processo dedutivo que leva a elas. Daí a razão de também designá-los como contexto.

Chegamos, então, a um nível 3 de significação, que podemos expressar em (13).

(13) O autor quis dizer que o celibatário é um indivíduo que tem muitas propriedades (enumeradas de 1 a 15), uma das quais é a mencionada em (9).

(13) só se completa, já que invocamos a intenção, não do indivíduo real, mas do autor do texto, conhecendo-se o contexto de uso real do texto analisado, ou contexto 3, conforme anexo 1.

Trata-se de uma página de humor da Revista Veja de junho de 1982, cujo autor é Millôr Fernandes.

A significação de (13), junto com (13)' completa, então, o nível 3, a que nos referimos.

(13)' O autor, Millôr Fernandes, quis dizer que o celibatário é um indivíduo que tem muitas propriedades uma das quais é pensar muito antes de tomar uma decisão e não tomá-la, e com isso quis produzir humor.

(13)', porém, possui algo extremamente complicado, que se traduz por 'humor'. Como ele funciona? É óbvio que uma análise exaustiva do tema transcende, completamente, os limites do presente ensaio. Para os nossos objetivos, entretanto, podemos falar sumariamente do humor. Só que isso implica novos contextos.

Para o nível 1, bastava o contexto lingüístico, mas para se chegar ao nível 4 é preciso um conhecimento compartilhado entre Millôr e o leitor, conhecimento esse que vai além do lingüístico. Chamemos a esse contexto de 'contexto cultural', só para não perder o ponto didático.

Realmente, é indispensável que Millôr e o leitor compartilhem a idéia do que seja humor, inicialmente, e além disso, do que pode produzir o humor.

Enumeremos algumas informações, diríamos de ordem cultural, que, necessariamente, devem fazer parte do contexto 4, para se chegar ao nível 4 de significação.

- a) Existe uma forma popular de humor 'O que é, o que é?'
- b) A sociedade faz uma certa condenação do celibatário, fazendo a defesa da família;
- c) A sociedade coloca como um mérito indiscutível a seqüência: pensar, pensar muito, tomar uma decisão;

Sem tornar essa lista exaustiva, pelo menos isso é indispensável para que cheguemos a (14).

(14) O autor quis dizer que o celibatário tem muitas propriedades, uma das quais é pensar muito antes de decidir, e não fazê-lo, e isso, por paradoxal que seja, mas pelo que está subentendido nos outros itens, é um mérito dada a contradição da sociedade. (O que é, finalmente, motivo de humor)

(14) vai ser tomado aqui como ponto final da análise desse texto, embora não seja difícil concluir que o contexto cultural poderia ser mais sofisticado. Poderíamos incluir nele toda a experiência compartilhada entre Millôr e o leitor, na vida real, sobre pessoas casadas e celibatários, já que ninguém poderia compreender bem (14) só por explicações lingüísticas do que vem a ser representado pelo conceito 'celibatário'.

Mas, antes de concluir qualquer coisa, ilustremos a nossa discussão sobre textos e contextos com outra peça de humor, buscando caracterizar bem a nossa proposta.

Consideremos (15) abaixo (ver anexo)

Enquanto isso, a abertura continua

- (15) “Quando o senhor resolveu conclamar o país a uma grande campanha contra a imoralidade, o senhor estava procurando se livrar dos tabus oriundos de sua formação profissional onde tudo que não é permitido deve automaticamente ser punido. Assumindo o papel integral de pai-da-pátria, o senhor se integrou no grande pai familiar, proibidor de más palavras e gestos obscenos. Uma óbvia compensação por não ser o verdadeiro pai vingador bíblico. Seu ego, abalado pela impossibilidade...”
acabou a hora; dez mil pratos.

Este texto apresenta uma dificuldade inicial de interpretação porque já demonstra, na própria estrutura lingüística sua dependência radical de contextos diversos, e as reticências no final simbolizam isso.

De qualquer maneira, (15) poderia ser parafraseado assim,

- (16) Vítima de seus preconceitos de origem profissional, o senhor fez uma grande campanha nacional contra a imoralidade, e compensar o fato de não ser o verdadeiro pai cristão da pátria, sendo um estereótipo do pai familiar moralista.

numa interpretação quase que meramente lingüística.

A passagem para um segundo nível de análise só se efetuará, mediante a explicitação do contexto formado por duas frases, dissociadas, de maneira diferente do texto de (15).

A primeira aparece acima, em negrito, e diz: “Enquanto isso, a abertura continua”; a segunda, após as reticências, muda o tópico da fala e diz: “acabou a hora; dez mil pratos”.

É evidente que uma análise com finalidades de ensino já incluiria as frases mencionadas no próprio texto; seria possível, porém, destacá-las como um tipo de contexto, dadas as suas diferenças de tópico e de forma espacial. E se quiséssemos, entretanto, saber, de maneira rigorosa, por que proceder assim, já estaríamos diante de um enorme problema. Quais os limites de um texto?

Para seguir o nosso propósito, consideremos, então, as frases citadas como um primeiro contexto. Ainda, aqui, a interpretação parece problemática, sem fazer intervirem nossos contextos, simultaneamente, já que, só com eles, tudo se esclarece.

O primeiro a ser chamado seria o contexto cultural, que já nos permitiria uma passagem a um outro nível. Poderia constar dele, um conhecimento compartilhado pelo autor e leitor resumindo assim:

- a) esse vocabulário é da psicanálise;

o que nos permitiria entender a última frase como a interrupção do processo de análise, para a cobrança do psicanalista;

- b) trata-se de um discurso psicanalítico freudiano estereotipado;

o que nos permitiria a compreensão do conteúdo analítico do texto.

- c) a expressão ‘abertura’ refere-se ao processo político brasileiro recente

o que sugeriria que a sessão psicanalítica se dava com alguém envolvido no processo político brasileiro.

O próximo passo deveria trazer à cena o contexto real de uso em que a página da Revista Veja aparece (conforme **anexo 2**). Nela, entretanto, à diferença do primeiro exemplo, uma dependência de um novo contexto, o icônico, onde aparece a figura do psicanalista

tradicional no divã e das pernas com botas de um paciente, o que nos permitiria, dados novos elementos culturais

d) o divã do psicanalista

e) as botas do militar

f) o general Figueiredo, presidente da República brasileira em 1982

chegar a um novo nível de significação, que dispensa ser totalmente explicado.

Talvez não seja desnecessário lembrar que, dentro dos propósitos deste ensaio, os textos de Millôr e sua rede de significações não constituem o objeto exatamente de investigação. Trata-se de usá-los como instrumentos de textualidade e contextualidade para ilustrar os níveis de interpretação **transfrásica** e suas implicações. Especialmente para aqueles que pretendem aumentar o valor empírico de uma teoria, recortando fragmentos de linguagem natural, na expectativa de captar-lhes a real significação. O verdadeiro objeto do presente estudo é, apenas, com o apoio da criatividade reconhecida de Millôr, trazer à cena a complexidade de se tentar trabalhar com noções da não-delimitabilidade de texto e contexto em sua expressão sintático-semântico-pragmática. Na seção que se segue, trata-se de, considerando I e II como premissas, examinar a possibilidade expressa em III.

III – A teoria discursiva pode ser materialmente adequada e formalmente correta enquanto disciplina lingüística autônoma?

Tomada a noção de teoria em sentido amplo, a resposta é positiva. De fato, a seção II não deixa de ser uma interpretação teórica possível dos textos em pauta. Mas a pergunta em III é um tanto mais complexa. Ela questiona a existência de uma teoria discursiva numa perspectiva mais rigorosa e precisa de teoria. Não se pretende, certamente, exigir de uma teoria lingüística do significado propriedades formais ou empíricas inalcançáveis para as condições de hoje. Mas também não se trata de valorizar qualquer espécie de hermenêutica interpretativa, em nome de teoria semântica. De fato, seguem-se das considerações de I e II que, se se tomam como centrais as noções de texto e contexto na perspectiva de descrever e explicar o processo de significação, isso conduz, claramente, a uma inevitável circularidade. Parece óbvio que não se pode deter a inserção de textos em contextos cada vez mais amplos, e esse tipo de holismo passa a ser uma espécie de mecanismo de proliferação do significado, obstaculizando qualquer forma, que se pretenda rigorosa, de investigação teórica. Para uma pragmática discursiva que se qualificasse como empiricamente adequada, haveria que se ter um corpo conceitual de tal natureza que fosse capaz de identificar descritivamente os mais variados tipos de discurso em sua discursividade específica. Mas é isso, exatamente, que II questiona como possível. Ou o fragmento de língua natural é apenas um instrumento de ilustração do fenômeno descrito e explicado pela teoria, ou ele é o objeto específico da investigação, caso em que a análise que o descreve e explica acaba sendo ad hoc, no sentido de que se adapta às exigências impostas por suas múltiplas contextualidades. A resposta, portanto, às possíveis condições de adequação empírica é, salvo prova em contrário, negativa. Quanto aos aspectos formais, isso quereria significar que uma pragmática discursiva pudesse ser sistemática, precisa e, pelo menos potencialmente, formalizável. Tem havido trabalhos expressivos em Semântica Formal sobre a discursividade textual, como é o caso de Kamp & Reyle (1993). Nesse caso, entretanto, há fortíssimas restrições quanto aos aspectos investigados. São questões de anáfora, de quantificação, de tempo e aspecto, etc., que caracterizam a clara tentativa de identificação de fenômenos lingüísticos rigorosamente tratáveis. Os textos em que tais fenômenos se expressam não se constituem, para os propósitos da teoria, em objetos de interpretação em sentido amplo. Servem, apenas, como suportes para a identificação de propriedades semânticas

relevantes à discursividade. As considerações conclusivas deste ensaio, portanto, não se referem a uma impossibilidade de tratamento formal do discurso. Dizem respeito, isto sim, aos obstáculos de extrema complexidade que envolvem as noções de texto e contexto, quando estas representam objetos centrais de alguma teoria com intenções de capturar significações específicas de fragmentos lingüísticos tidos como reais em oposição às formas ironicamente chamadas de sentenças de laboratório.

BIBLIOGRAFIA

- BROWN, G. & YULE, G. Discourse Analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- COSTA, J. C. da. A relevância da Pragmática na pragmática da relevância : a lógica não-trivial da linguagem natural. Dissertação de mestrado em Letras não publicada. Porto Alegre, 1984. 188 f.
- CHOMSKY, N. Aspects of the Theory of Syntax. Cambridge: M.I.T. Press, 1965.
- COLE, P. (ed.) Radical Pragmatics, New York: Academic Press, 1981.
- GRICE, H. P. "Logic and Conversation" in (eds.) P. Cole & J. Morgan Syntax and Semantics 3: Speech Acts, New York: Academic Press, 1975.
- KAMP, H. & REYLE, U. From discourse to Logic: introduction to Model-Theoretic Semantics of Natural Language. Formal Logic and Discourse Representation Theory. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993.
- KEENAN, E. L. (ed.) Formal Semantics of Natural Language. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- LABOV, W. "The Study of Language in its Social Context" in Studium General, Cambridge: Cambridge University Press, 23:30-87, 1970.
- LEVINSON, S. C. Pragmatics. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- SEARLE, J. R. Speech Acts, Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- WITTGENSTEIN, L. Philosophical Investigations, Oxford: Basil Blackwell.